



Inclusão e Letramento digitais na formação básica e técnica

Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos

(IFB – Brasília)

Resumo

A inclusão digital na era da internet, quando muitos ainda não têm conhecimento do uso do computador nem acesso aos meios de comunicação virtual, ainda é uma problemática da realidade dos brasileiros. Embora a expansão da rede mundial de computadores tenha avançado nos grandes centros urbanos, ainda há quem não conheça as principais ferramentas para o uso da comunicação virtual. O letramento está relacionado à capacidade de o indivíduo usar informações escritas para atingir seus objetivos. Com o uso das TICs, a experiência do letramento abre caminhos ao desenvolvimento de capacidades cognitivas mais complexas. Unir a inclusão digital e o letramento permite vislumbrar outros. Este trabalho pretende relatar a experiência do IFB com a oferta de dois programas do Governo Federal no DF, direcionados à atualização e à formação de um público específico. O primeiro é o Programa Mulheres Mil, voltado à capacitação de mulheres em situação de vulnerabilidade. O outro é o Profucionário que atende especificamente aos funcionários de escola pública e visa a formação técnica, basicamente, em quatro cursos da carreira escolar. Como resultado das experiências, foi observada a necessidade de práticas de letramento digital para que houvesse a inclusão.

Palavras-chave: inclusão, letramento, formação básica e técnica.

Abstract

Digital inclusion in the Internet age when many have no knowledge of computer use or access to virtual media, it is still a problematic reality of Brazilians. Although the expansion of the World Wide Web has advanced in large urban centers, there are still those who do not know the main tools for the use of virtual communication. Literacy is related to the ability of individuals to use written information to achieve their goals. With the use of ICTs, the literacy experience opens the way to develop more complex cognitive skills. Join the digital inclusion and literacy provides a glimpse of others. This paper aims to report the experience of IFB by offering two programs of the Federal Government in the Federal District, aimed at updating and training of a specific audience. The first is the Mulheres Mil Program, aimed at training women in vulnerable situations. The other is the Profucionário that attempts specifically to public school employees and aims to technical training, basically, in four courses at school career. As a result, we observed the need for digital literacy practices so that there was inclusion.

Keywords: inclusion, literacy, basic and technical training.



Introdução

A sala de aula sempre foi considerada o local no qual a construção do conhecimento é feita em grupo, com o auxílio do professor e/ou com o uso de diversas tecnologias que vão desde o livro, o quadro negro, a televisão até os dias atuais com o uso massivo dos recursos digitais. Em tempos de internet, essa construção foi expandida além das paredes físicas e passaram ao mundo virtual, onde as Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (NTIC) foram chegando e tomando o espaço e o tempo. Nesse cenário, tanto professor quanto estudante tiveram que se adaptar às novas formas de aprendizagem e de busca do conhecimento. Se antes, com o uso da enciclopédia e do dicionário impressos em papel, era possível folhear e a partir do índice encontrar de tudo um pouco, hoje, com as várias opções de buscadores, a partir de uma ou várias palavras, encontramos uma notícia em tempo muito inferior àquele antes da era digital.

A era digital ou era da informação trouxe, segundo Chiavenato (2001) um novo contexto de administração e uma avalanche de problemas para as organizações. A maior parte das organizações, despreparadas para a nova realidade, foram surpreendidas e a velocidade e a intensidade das mudanças foram além do que se esperava.

De modo similar, a sala de aula tornou-se um laboratório para novas experiências com formatos de conteúdo e formas de apresentação. A aprendizagem aberta e invertida está contida nessas mudanças que, em outrora, não seria pensada como tão necessária.

Em tempos atuais, possuir um endereço eletrônico é tão essencial quanto portar um documento de identidade no momento em que se preenche um formulário eletrônico ou impresso. Por outro lado, saber usar as NTIC é não perder tempo. Aliás, a comunicação está na palma da mão e tem mobilidade! Computadores de mesa ou os



chamados *desktop* deram lugar aos *smartphones* e *tablets*. Antes, todos éramos obrigados a estar fisicamente conectados a uma rede de computadores que tinha endereço fixo. A necessidade de conexão é algo tão essencial que tem até nome: nomofobia. Para isso, muitas pessoas têm buscado estar conectadas a qualquer custo e as instituições tem se adaptado a essa necessidade com a disponibilização de conexões sem fio.

No meio acadêmico, a cultura da era digital vem substituindo cada vez mais as tecnologias impressas e isso tem refletido na economia da publicação das obras. É possível comprar livros digitais por valores bem inferiores ao formato impresso, mas esse novo formato não é considerado atraente a todos os indivíduos. Na ausência do meio impresso, os estudantes, novamente, se veem forçados a se adaptar a essa nova forma de leitura e de consulta.

Nesse contexto, o presente trabalho vem relatar a experiência do Instituto Federal de Brasília (IFB) com a oferta de dois programas do Governo Federal no Distrito Federal e direcionados à atualização e à formação de um público adulto. O primeiro é o **Programa Mulheres Mil**, voltado à capacitação de mulheres em situação de vulnerabilidade. O outro é o **Profucionário** cujo objetivo é atender especificamente a formação técnica dos funcionários de escolas públicas para a carreira escolar. Os resultados a serem descritos foram obtidos a partir das experiências em ambos os programas, vivenciadas pela autora durante a docência e na coordenação de polo, respectivamente, nas turmas ofertadas no IFB. Os conceitos de inclusão e letramentos digitais, bem como a descrição dos programas mencionados serão explanados na sequência.



1. Inclusão e letramento digitais

1.1 Inclusão Digital

Segundo o IBICT, Inclusão Digital é:

Inclusão dos indivíduos na Sociedade da Informação, compreendendo a sua participação e acesso ao complexo e heterogêneo conjunto de bens, aplicações e serviços utilizados para produzir, distribuir, processar e transformar a informação (IBICT, 2015).

A inclusão digital inclui a diversidade de tecnologias que atendem às necessidades de informação e comunicação nas sociedades, composta pelos segmentos de telecomunicações, televisão e rádio, computadores (*software* e *hardware*), serviços de informática e mídias eletrônicas como a Internet, bem como o conteúdo destas mídias. Além disso, é caracterizado por ações, programas, projetos e iniciativas para assegurar que cada indivíduo, inclusive aqueles com deficiência, possam acessar e sejam capazes de usar as TIC, como computadores e Internet, e estejam, portanto, habilitados a participar e beneficiar-se da sociedade da informação (IBICT, 2015).

Incluir digitalmente é, portanto, mais do que fornecer computadores por meio de programas de incentivo à compra facilitada. Esse conceito vai além do bem físico e material, pois se não é possível fazer uso do computador, utilizar os programas disponibilizados e ter acesso à *internet*, que é a rede mundial de computadores, a verdadeira inclusão digital não está acontecendo.

Escolas conectadas significa computadores com acesso à internet. O Programa Banda Larga nas Escolas (PBLE) foi lançado pelo Governo Federal em 2008, tendo como objetivo conectar todas as escolas públicas urbanas à Internet, por meio de tecnologias que propiciem qualidade, velocidade e serviços para incrementar a educação no país.



Isso significa que todas as escolas públicas urbanas estaduais, municipais e federais irão receber os benefícios do programa. No entanto, segundo dados da ANATEL (2015), o prazo para as prestadoras de telefonia celular que se obrigaram a atender 100% de todos os municípios brasileiros é 31 de dezembro de 2015. Em termos de infraestrutura, isso significa que estamos ainda caminhando para a promoção plena da acessibilidade e, conseqüentemente, da inclusão digital.

Para fazer a inclusão digital dos indivíduos que buscam a formação básica e técnica em tempos atuais é necessário que um conjunto de requisitos seja cumprido para que o sujeito tenha autonomia para buscar as informações desejadas e possa realizar as atividades.

1.2 Letramento Digital

Letramento, segundo Kleiman (1995) *apud* Silva *et al.* (2014), pode ser definido como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita como sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos e para objetivos específicos.

No contexto digital, Buzato (2006) define letramento digital como:

Conjuntos de letramentos (práticas sociais) que se apoiam, entrelaçam e apropriam mútua e continuamente por meio de dispositivos digitais para finalidades específicas, tanto em contextos socioculturais geograficamente e temporalmente limitados, quanto naqueles construídos pela interação mediada eletronicamente (2006, p. 16).

Enquanto a alfabetização é o processo pelo qual a criança, o jovem e o adulto aprendem a ler e a escrever, o letrado digital ou eletrônico é aquele que domina as características e especificidades do hipertexto (texto virtual) e as normas e convenções que o habilitam a trabalhar e explorar esse texto (MESQUITA, 2008).



Para Soares (2002) *apud* Silva *et al.* (2014), letramento digital é “um certo estado ou condição que adquirem os que se apropriam da nova tecnologia digital e exercem práticas de leitura e de escrita na tela, diferente do estado ou condição – do letramento – dos que exercem práticas de leitura e de escrita no papel”.

É o que enfatiza Xavier (2002) ao afirmar que:

O letramento digital requer que o sujeito assuma uma nova maneira de realizar as atividades de leitura e de escrita, que pedem diferentes abordagens pedagógicas que ultrapassam os limites físicos das instituições de ensino, em vários aspectos [...]

Portanto, com a evolução dos meios de comunicação tradicionais para o uso massivo das tecnologias, tornou imprescindível aos indivíduos dominarem práticas de leitura e escrita diferentes das formas tradicionais de letramento.

2. A experiência do Instituto Federal de Brasília

O IFB, criado pela Lei Federal nº 11.892/2008 possui, até 2015, 10 *campi* localizados em regiões administrativas do Distrito Federal: Brasília, Ceilândia, Estrutural, Gama, Planaltina, Riacho Fundo, Samambaia, São Sebastião, Taguatinga Centro e Taguatinga Norte.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018, que “nor-teia o caminho a ser seguido pela Instituição, de forma a cumprir a sua missão e alcançar seus objetivos” (IFB, 2013), contém a visão do Instituto a qual afirma que, até 2018, o IFB deverá “consolidar-se no Distrito Federal como instituição pública de Educação Profissional e Tecnológica de qualidade **inclusiva** e emancipatória, articulada em rede e com a comunidade”.

Em quase 7 anos, desde a sua criação, o IFB oferta cursos técnicos presenciais e a distância e cursos de Formação Inicial e Continuada, Licenciatura, Tecnólogo e especialização. Além dos cursos de formação regular, o IFB também oferta alguns



programas do governo federal. Neste trabalho, daremos ênfase a dois deles: o Programa Mulheres Mil e o Profucionário, os quais serão detalhados a seguir.

2.1 Programa Mulheres Mil

O Programa Mulheres Mil, criado pelo Governo Federal do Brasil, em 2007, a partir da experiência do Sistema de Faculdades e Institutos Canadenses, é ofertado pelo IFB desde 2012. Seu objetivo é possibilitar a inclusão de mulheres em situação de vulnerabilidade social e baixa escolaridade, por meio da capacitação para a autonomia e inserção no mercado de trabalho (BRASIL, 2015). No Instituto, a cada oferta semestral, são atendidas 50 mulheres com um programa de formação básica voltado tanto para a formação geral quanto para o mercado de trabalho. Dentre as disciplinas ofertadas estão: Comunicação Oral e Escrita e Informática, às quais são referenciadas no decorrer deste trabalho com o relato da experiência do curso de Artesanato, de 2012 até o início de 2014, ou seja, antes da inserção deste programa ao PRONATEC¹. A maioria das alunas tem idade superior aos 40 anos, média de 2 filhos e não possuem computador em casa, segundo o levantamento do perfil realizado em 2012.

Na prática das aulas de Comunicação Oral e Escrita, as alunas ampliam a competência interativa, por meio da fala e da escrita. Trata-se de um grupo de mulheres com níveis variados de escolaridade. Umhas analfabetas absolutas e outras apenas com a Educação Básica concluída. No entanto, todas com pouco nível de **letramento escrito e digital**. Foram realizadas atividades em que as mulheres se envolviam com interações sociais, tais como: diálogos, divulgação de produtos, confecções de cartazes, recital de poemas e contação de piadas (Figura 1). Além disso, as mulheres tiveram a oportunidade de conciliar as aulas das duas disciplinas, de forma a levá-las a perceber as relações entre diferentes linguagens, onde tiveram

¹ Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.



oportunidade de conhecer um pouco da história da escrita. Os resultados mostraram que é possível elevar o grau de letramento de mulheres em situação de vulnerabilidade por meio de atividade de leitura, escrita e conversão de gêneros textuais variados.

Figura 1: Alunas do Programa Mulheres Mil em atividade de produção textual



Foto: Sergio Mariani. Fonte: arquivo pessoal

Nas aulas de informática a maioria das mulheres se depara com o computador e o desafio de manipulá-lo pela primeira vez (

Figura 2). De forma interdisciplinar, as alunas utilizam um editor de texto para registrar as produções trabalhadas durante as aulas de produção textual. Com o uso da *internet*, as mulheres realizam pesquisas sobre temas diversos e criam uma conta de correio eletrônico, para que possam iniciar a comunicação virtual. Por meio de mensagens de *e-mail*, as alunas relatam que conseguem se comunicar com familiares fisicamente distantes, mas são os recursos da rede social *Facebook* que mais chama a



atenção. Com o uso do *blog* do curso² é possível dar visibilidade às peças de artesanato produzidas e ajudar na comercialização de seus produtos.

Figura 2: Alunas do Mulheres Mil durante aula de informática



Foto: Sylvana Santos. Fonte: arquivo pessoal

Como resultado das produções textuais e do uso do computador, torna-se visível a relevância que a história de vida dessas mulheres merece, como aquilo que elas possuem e carregam enquanto mulheres, mães e avós.

Em sua obra *Pedagogia da Autonomia*, Paulo Freire ressalta esse cenário:

Não é possível respeito aos educandos, à sua dignidade, a seu ser formando-se, à sua identidade fazendo-se, se não se levam em consideração as condições em que eles vêm existindo, se não se reconhece a importância dos “conhecimentos de experiências feitos” com que chegam à escola. O respeito devido à dignidade do

² <http://mulheresmilgama.blogspot.com.br/>



educando não me permite subestimar, pior ainda, zombar do saber que ele traz consigo para a escola. (FREIRE, 2011, p.62)

Todas as experiências registradas pelas professoras com as turmas ofertadas auxiliaram na percepção do uso de tecnologias digitais na interação social e na pesquisa, além dos conhecimentos profissionais necessários à promoção da melhoria da qualidade de vida dessas mulheres e de suas comunidades.

2.2 Profuncionário

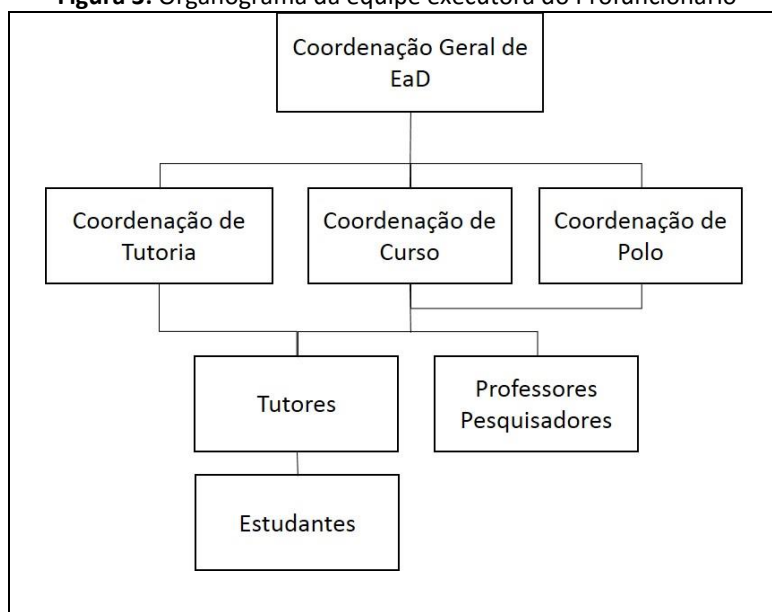
O Profuncionário é o Programa de Formação Técnica para Funcionários de Escola que “visa a formação dos funcionários de escola, em efetivo exercício, em habilitação compatível com a atividade que exerce na escola” (BRASIL, 2015). Um dos objetivos fundamentais da política nacional de formação, instituída pelo Decreto nº 7.415 de 30 de dezembro de 2010 (BRASIL, 2010), é a valorização do trabalho desses profissionais da educação, através do oferecimento dos cursos de formação inicial em nível técnico proporcionados pelo Profuncionário.

A expansão do programa se deu em 2008, com a parceria para a oferta pelos Institutos Federais. No IFB, o Profuncionário foi iniciado a partir 2012, com duração de 3 a 4 semestres e a oferta de 4 cursos: Alimentação Escolar, Infraestrutura Escolar, Multimeios Didáticos e Secretaria Escolar. Foram inicialmente escolhidos 8 Polos, todos onde haviam *campi* do IFB em funcionamento: Brasília, Ceilândia, Gama, Planaltina, Riacho Fundo, Samambaia, São Sebastião, Taguatinga Centro. O público atendido no Distrito Federal são os profissionais da Secretaria de Educação do DF.

O modelo adotado na formação da equipe executora do Profuncionário é o ilustrado na Figura 3, sendo que todos são bolsistas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE):



Figura 3: Organograma da equipe executora do Profuncionário



Nesse modelo, pode-se observar que, embora toda a equipe esteja envolvida com a organização e a realização do curso, é o tutor quem está à frente dos estudantes no decorrer da execução. Aqui, o tutor atua com uma carga horária de 20 horas semanais, sendo que destas 8 horas são presenciais, com o estudante em laboratório de informática, esclarecendo as dúvidas quanto ao conteúdo e auxiliando na realização das atividades semanais (Figura 4).

Sobre a atuação do tutor presencial e a distância, Moran enfatiza que:

Em poucos anos dificilmente teremos um curso totalmente presencial. Por isso caminhamos para fórmulas diferentes de organização de processos de ensino-aprendizagem. Vale a pena inovar, testar, experimentar, porque avançaremos mais rapidamente e com segurança na busca destes novos modelos que estejam de acordo com as mudanças rápidas que experimentamos em todos os campos e com a necessidade de aprender continuamente. (MORAN, 2007, p.1)



Figura 4: Atendimento do tutor no laboratório de Informática



Foto: Sylvana Santos. Fonte: arquivo pessoal

Os cursos utilizam o Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle, *software* livre recomendado pelo Governo Federal, e o conteúdo das disciplinas é fornecido em livro impresso e também em arquivo PDF, em formato digital no AVA. Uma vez que todas as atividades devem ser realizadas com o auxílio do computador e enviadas pelo ambiente do curso, é necessário que os estudantes tenham uma ambientação prévia das ferramentas computacionais para promover a sua autonomia no decorrer do curso. Essa ambientação tem duração média de 2 semanas.

Embora alguns estudantes já tenham familiaridade com o computador, uma vez que fazem uso do mesmo em casa ou no trabalho, há aqueles que, embora tenham nascido na época do surgimento do computador, não tem acesso com frequência para



utilizá-lo. Diante disso, ao ingressarem num curso a distância, que é uma metodologia de estudo mais flexível, percebem a necessidade de se adaptarem a essa ferramenta de trabalho imprescindível, inclusive para se comunicarem com agilidade e cumprirem o cronograma de atividades.

Nesse contexto, o tutor é aquele que apresenta a esse tipo de estudante todas as habilidades necessárias para que aconteça, com sucesso, a convivência digital. Para esse público, o letramento digital é tido como fator de grande importância para o seu sucesso, motivando-o a aprender a usar o computador, de acordo com o crescimento da empatia com os tutores no retorno ao ambiente escolar e na mudança de rotina, ao sair do ambiente de trabalho e retornar à sala de aula. Além disso, o estudante do Profucionário tem a expectativa de progressão tanto na carreira quanto na vida financeira, após sua atualização profissional, o que se torna um motivo para a sua permanência. No entanto, caso não se sinta inserido nesse contexto, o estudante estará susceptível à desistência do curso.

O Quadro 1 mostra o quantitativo de matriculados, concluintes e evadidos após a primeira oferta do programa de 2012 e 2013, com as turmas ofertadas pelo IFB nos 8 polos citados anteriormente e nos 4 cursos técnicos:

Quadro 1: Dados sobre os cursos do Profucionário

CURSO	MATRICULADOS	CONCLUINTES	EVADIDOS	% EVASÃO
Alimentação Escolar	219	188	31	14,2
Infraestrutura Escolar	509	416	93	18,3
Multimeios Didáticos	145	115	30	20,7
Secretaria Escolar	212	138	74	34,9
Total	1085	857	228	

Fonte: Relatório Final do Profucionário (IFB) - uso restrito.



Deste cenário, nota-se que 857 estudantes concluíram os cursos do Profucionário na primeira oferta pelo IFB, o que corresponde a 79% do total de matriculados, sendo considerado um indicador bastante positivo para um curso na modalidade a distância.

Considerações finais

Possibilitar a inclusão de estudantes que estão fora da sala de aula, em média, por 10 anos deve ser considerado para que estes se sintam acolhidos diante da necessidade do uso das NTIC. Ao retornarem ao ambiente escolar e encontrarem um modelo bastante diferente do que estavam habituados, o medo do novo e a insegurança do que será o futuro próximo pode torná-los relutantes à mudança e afastá-los do que planejam alcançar. Ao serem recebidos com o compromisso de que o possível será feito para fazê-los prosseguir nessa jornada, os estudantes se sentem-se seguros e tem mais chances de concluir com êxito o curso, tendo a certeza de que o computador é mais uma ferramenta que poderá contribuir para o seu desenvolvimento escolar e profissional e não será considerada como uma barreira para o alcançar o objetivo com sucesso.

O Programa Mulheres Mil, de nível básico, atende a uma parcela das mulheres em situação de vulnerabilidade, sem que haja a elevação do nível de escolaridade, mas permite que sejam encaminhadas ao mercado de trabalho, ainda que informal. Por outro lado, o Profucionário cumpre o papel de formação técnica e dá o embasamento necessário para que o estudante possa cumprir sua função com uma base teórica sedimentada pelas disciplinas cursadas. Em ambos os casos, o letramento e a inclusão digitais tornam-se essenciais para iniciar e prosseguir com a formação do indivíduo no IFB.



Referências Bibliográficas

ANATEL. **Programa Banda Larga nas Escolas**. Disponível em:

[http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalPaginaEspecial.do?acao=&codItemCanal=1957&codigoVisao=\\$visao.codigo&nomeVisao=\\$visao.descricao&nomeCanal=Universaliza%E7%E3o%20e%20Amplia%E7%E3o%20do%20acesso&nomeItemCanal=PBLE&codCanal=289](http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalPaginaEspecial.do?acao=&codItemCanal=1957&codigoVisao=$visao.codigo&nomeVisao=$visao.descricao&nomeCanal=Universaliza%E7%E3o%20e%20Amplia%E7%E3o%20do%20acesso&nomeItemCanal=PBLE&codCanal=289) Acesso em: 01 dez.2015

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm Acesso em: 28 nov.2015

_____. **Decreto nº 7.415, de 30 de dezembro de 2010**. Institui a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, dispõe sobre o Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público - Profucionário, e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7415.htm Acesso em: 30/11/2015

_____. **Site do Programa Mulheres Mil**. Disponível em: <http://mulheresmil.mec.gov.br/> Acesso em: 21 nov.2015

_____. **Profucionário**. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12365> Acesso em 21 nov.2015

BUZATO, M. E. K. **Letramento digital abre portas para o conhecimento**. Educa Rede. Entrevista por Olívia Rangel Joffily em 23 de janeiro de 2003. In: CARMO, Josué Geraldo Botura. O letramento digital e a inclusão social. Fevereiro de 2003. Disponível em:

<http://www.educacaoliteratura.com/index%2092.htm>. Acesso em: 02 dez.2015.

CHIAVENATO, I. **Teoria Geral da Administração**. 6. ed. São Paulo: Elsevier, 2001. v. 2. 541p.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2011. 143p.

IBICT. **O Mapa da Inclusão Digital e suas definições**. Disponível em:

<http://inclusao.ibict.br/index.php/textos/item/1076-o-mapa-da-inclusao-digital-e-suas-definicoes> Acesso em: 30 nov.2015



IFB. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018**. Disponível em:
http://www.ifb.edu.br/attachments/article/3933/Plano_de_Developimento_Institucional_2014_2018_IFB.pdf> Acesso em 29/11/2015

____. **Relatório Final do Profucionário**. 2012-2013. (uso restrito)

MESQUITA, M. S. A. **Letramento Digital e Educação a Distância**. In: Encontro Nacional de Letramento, 2008, João Pessoa. p.1133-1137. Disponível em:
<http://gehaete.uepb.edu.br/trabalhos/2008/mai/6.pdf> Acesso em 02 dez.2015

MORAN, J. M. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. Campinas: Papyrus, 2007.

SILVA, C. N. N. ; MACHADO, V. R. ; CAMARGOS, L. S. (Orgs.) **Educação a Distância: reflexões acerca de um modelo em expansão**. Brasília: Editora IFB, 2014. 204p.

XAVIER, A. C. S. **Letramento Digital e Ensino**. 2002. pp. 1-9. Disponível em:
<https://www.ufpe.br/nehte/artigos/Letramento%20digital%20e%20ensino.pdf> Acesso em 02 dez.2015.